

Representações e práticas tradicionais diante da inovação tecnológica: o caso do projeto “Balde Cheio” da Embrapa

Sonise dos Santos Medeiros

Pesquisadora da Embrapa Pecuária Sudeste na área de Desenvolvimento Humano, com mestrado no Programa de Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo - USP.

Endereço para correspondência: rua D. Pedro II, 225, bl 01, apto. 301, Bairro Vila Monteiro, Cep. 13560-320 - São Carlos - SP
sonise2@terra.com.br

Norma Felicidade L. da Silva Valencio

Docente do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

Endereço para correspondência: rua da Imprensa, 240, apto. 23, Bairro Vila Faria, Cep. 13569-007 São Carlos - SP
normaf@terra.com.br

Recebido em 01/2008. Aceito em 05/2008.

Introdução

A Embrapa Pecuária Sudeste, empresa pública de pesquisa agropecuária, tem por missão institucional produzir tecnologias que promovam a competitividade e o desenvolvimento da pecuária da região Sudeste (EMBRAPA, 2005:21). Tais tecnologias tomam materialidade na forma de projetos de inovação de produtos e processos, dentre os quais, aqueles voltados para o agricultor familiar da pecuária de leite.

No programa institucional denominado Macroprograma 6 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural - as ações estão “(...) voltadas para fornecer suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, na perspectiva de agregação de valor (...)” (EMBRAPA, 2004:2, grifo nosso), donde se supõe que o conteúdo da interação dessa instituição com os produtores tenda a uma dialogicidade em busca do fortalecimento das relações com o mercado para cumprir a aspiração do último. Como suposição, é passível de questionamento.

Se remontarmos a trajetória das últimas décadas, prevaleceu, no Brasil, uma relação hierárquica na qual os agentes modernizadores dissolveram as condições

materiais de reprodução social da agricultura familiar. Os conflitos pela imposição de uma representação em torno da busca do aumento da produtividade e centralização de capital na pecuária estiveram relacionados ao processo de legitimação da intervenção da ciência no mundo rural. Trata-se, assim, de um campo onde os peritos exercitaram seu poder simbólico, isto é, construíram uma interpretação incontestável da realidade. Como um poder invisível, foi social e politicamente determinado e arbitrário, exercido, conforme Bourdieu (2004: 7-8), “com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos”.

Destituiu-se a agricultura familiar de sentido, tornando hegemônicas as representações em torno de seu atraso e obsolescência frente aos requerimentos de escala e produtividade do mercado. Vai daí, que o discurso institucional voltado a **“fornecer suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais”** traduzir-se-ia numa mudança substantiva na relação entre um agente de modernização e a agricultura familiar, colocando a Embrapa como um ente facilitador da concretização de um projeto econômico oriundo do próprio produtor, vindo no fortalecimento da autodeterminação deste. Ocorre que a facilitação dá-se, predominantemente, através da lógica da conversa. Mas, nessa lógica, onde se defrontam peritos e leigos, são os primeiros quem, via de regra, determinam o estilo da comunicação e seu conteúdo, manejando com tal fluidez os argumentos que torna inaceitável algo diferente do ajustamento do produtor ao projeto de inovação elaborado desde dentro dos laboratórios. Uma interlocução hierarquizada, na qual o agricultor é induzido a adequar-se ao *timing* e demais regras do projeto institucional justifica-se, de imediato, pelos efeitos econômicos positivos a que deva esperar. Embora tais efeitos nem sempre ocorram, as inovações propostas alimentam o prestígio da instituição indutora do processo modernizador e dos peritos condutores da proposta, havendo, daí, o que Bourdieu (1990) denomina como um efeito de acumulação do capital simbólico. Isto é, como capital que consegue impor gradativamente o reconhecimento de sua dominação ao conduzir-se como um discurso normativo que torna inaceitável as formas tradicionais de produção, ensejando juízos morais num campo pretensamente objetivo.

Uma mudança substantiva das relações do Estado com a agricultura familiar, a que o discurso institucional aponta, seria aquela na qual a assimetria de poder entre peritos e leigos é rechaçada bem como a violência simbólica que naturalizou, em segmentos da agricultura familiar, concepções produtivistas que favoreçam a sua nulificação como sujeito nas últimas décadas. A fim de verificar se tal mudança ocorreu, tomamos um caso, focalizado na implantação de um projeto específico envolvendo uma das Unidades da Embrapa, no qual se analisa as representações

que as partes envolvidas guardam em relação a si próprios e ao outro frente ao processo de inovação engendrado.

Embora os temas de inovação e ciência estejam presentes, esse artigo não tem a pretensão de empreender uma discussão teórica no escopo da sociologia da ciência, mas trazer resultados de pesquisa situados no debate da sociologia rural no que concerne ao processo de modernização rural, dialogando com autores como Schneider (2003), Abramovay (1997), Wanderley (2007), Aguiar (1986) e Silva (1999), dentre outros, numa perspectiva bourdieuniana. A noção de campo é considerada para destacar a forma dinâmica na qual a violência simbólica contra a agricultura familiar persiste. Desvelada circunstancialmente, permite que surja resistências à inovação tecnológica; porém, novos patamares de assimilação e acomodação dos agricultores à racionalidade técnica lhe sucede quando as críticas peritas tecidas às práticas tradicionais focalizam a depreciação do *habitus*, ou seja, das disposições correntes dos esquemas de produção das práticas até então estabelecidas na pecuária bovina da unidade familiar. Dessa depreciação, emerge o espaço social de interação no qual torna-se legítimo ao perito propor ao agricultor familiar sua adesão integral ao projeto, ajustando-se a novas técnicas de produção e administração, da ordenha mecânica ao cálculo.

O campo refere-se, ainda, a um espaço de conflitos e dominação que é estruturado a partir de regras próprias e com relativa autonomia de outras dimensões da vida social, buscando estabelecer hierarquias entre os agentes através de trocas simbólicas. O campo científico, para Bourdieu (1983), refere-se ao um espaço estruturado de relações de poder referente a posições adquiridas em lutas anteriores. No caso em tela, trataremos não das relações concorrenciais entre peritos no interior da instituição onde estão inseridos, nem tampouco no interior do debate que travam na sua área de conhecimento específica, mas das tensões entre peritos e leigos para determinar, no jogo em comum, o futuro do objeto de disputa, a produção bovina leiteira.

Numa abordagem qualitativa no âmbito da sociologia, analisa-se a relação entre produtores da pecuária bovina leiteira do segmento da agricultura familiar e a Embrapa Pecuária Sudeste no processo de implantação do projeto "Balde Cheio". Visa-se identificar, nas práticas de interação, se os valores, sentimentos e impressões dos agentes envolvidos, na construção social da imagem do outro e seu fazer, carregam possibilidades comunicativas de molde a conciliar o modo de vida da tradição com a racionalidade perita ou se as tensões de outrora ainda prevalecem, caracterizando a permanência da relação em que vige o poder simbólico, isto é, a situação em que *"aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que lhe*

confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que está sujeito crê que ele existe" (BOURDIEU, 2004:188).

Para tanto, apresenta-se uma sucinta discussão acerca do modelo econômico que, historicamente, subjogou e alijou do processo de desenvolvimento do país a agricultura familiar, negligenciando, ainda, questões socioambientais mais abrangentes. A seguir, descreve a forma como a instituição pública de pesquisa agropecuária, Embrapa, emergiu no cenário da modernidade no Brasil, como instrumento do Estado para o processo de alteração substantiva da agricultura, no que circunscreve o estudo de caso referido.

1. Procedimentos metodológicos

O estudo de caso caracteriza-se como uma primeira configuração do problema (BECKER, 1997). Tanto em relação à Unidade Embrapa Pecuária Sudeste, na abordagem ao seu corpo técnico, quanto aos produtores da agricultura familiar dedicada à pecuária de leite bovina, a amostra foi definida sobre uma base evolutiva, denominada "bola de neve" (TAYLOR e BOGDAN, 1992). Neste procedimento, não é adotado a aleatoriedade na seleção de depoimentos a fim de propiciar a comparação e estabelecer as correlações significativas entre as representações sociais (TRIPOLDI et al, 1981).

No ambiente interno da Unidade Embrapa Pecuária Sudeste, o guia foi representado pela chefia de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que recomendou o próximo empregado, e este, por sua vez, indicou o seguinte e assim, sucessivamente, até o limite ou nível de saturação. Para efeito desse trabalho, todos os empregados da Unidade entrevistados serão denominados "técnicos", para reportar ao conhecimento perito que representa a instituição pública frente sua relação ao modo de vida tradicional. No caso dos agricultores familiares, definiu-se um universo dentre os envolvidos no projeto intitulado "Transferência de tecnologia e conhecimentos para produtores familiares de leite, por meio da capacitação de extensionistas¹ rurais, no Estado de São Paulo", hoje denominado "Balde Cheio". As entrevistas foram conduzidas de forma a ter em conta as considerações de Bourdieu (1997), tais como: compreender o que pode ser dito, o que se quer acentuar e o que é silenciado; atentar para dissimetria do capital cultural entre o pesquisador e os entrevistados; instaurar uma relação de *escuta ativa* do entrevistado equidistante tanto da não-intervenção das entrevistas

¹ Embora o foco esteja na capacitação dos extensionistas, mais que isso, a instituição enseja modificar a realidade concreta das práticas elaboradas pela agricultura familiar, o que não elimina a interação direta por meio das unidades demonstrativas denominadas "sala de aula", entre outros, e é nesse aspecto que o trabalho pretende focalizar.

abertas quanto do estrito controle do questionário e, por fim, esforça-se por construir uma *compreensão genérica e genética* do agente, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto. Adverte, ainda, Bourdieu (1997), que pesquisados oriundos de estratos sociais inferiores podem aproveitar a situação da entrevista como oportunidade para tornar público, compreensível e justificado seu ponto de vista sobre o mundo e sua inserção no mesmo, uma ocasião de *se explicar*, aspecto que consideramos ao trazer os relatos relativos às várias dimensões da vida econômica e extra-econômica dos agricultores familiares produtores de leite.

Inicialmente, contactou-se as regionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral -CATI, parceiras no projeto, para que as mesmas fornecessem informações quanto aos números de agricultores familiares, produtores de leite, participantes do programa. Dos 17 Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDR) da referida coordenadoria que foram consultados, apenas sete repassaram as informações. Para a escolha da regional de maior envolvimento no projeto, buscou-se parâmetros tais como: antigüidade no projeto e maior número de técnicos da CATI. Na regional selecionada, os critérios adotados para definir, inicialmente, o município, foram: maior tempo de participação no projeto, maior número de produtores participantes do projeto e presença do técnico da CATI.

Entretanto, dado a natureza do procedimento metodológico, o local inicial da pesquisa poderia ser ultrapassado, uma vez que o produtor poderia eventualmente indicar outro que não estivesse naquele município ou regional, fato este ocorrido. Daí porque o “guia ou piloto” foi um produtor do município de Cristais Paulista/SP, mas a amostra ultrapassou a localidade e ampliou-se até o município de Ribeirão Corrente/SP, ambos inseridos no Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) da CATI de Franca/SP. O município de Franca está localizado na região Nordeste do Estado de São Paulo e dista 401 km da capital paulista. Sua economia gira em torno da indústria, especialmente de calçados, e constitui-se um dos maiores pólos exportador do setor calçadista do País. A população é de aproximadamente 287 mil habitantes, cuja população rural não atinge seis mil moradores. O principal produto agrícola é a cana-de-açúcar, mas também planta café e arroz. A pecuária leiteira produz cerca de dez milhões litros/ano (IPES, 2002). Os municípios de Cristais Paulista e Ribeirão Corrente localizam-se a 14 km e 30 km de Franca, respectivamente. A população do primeiro, é de aproximadamente 6.500 habitantes e a do segundo, é de cerca de quatro mil. Em ambos, atualmente, a população rural não atinge 50% do seu total; contudo, suas economias advêm da produção agropecuária, cujos principais produtos agrícolas são o café, milho, pastagem cultivada e a cana. A pecuária bovina leiteira também está presente entre os principais produtos destes

municípios; juntos, eles são responsáveis pela produção de algo em torno de oito milhões de litros/ano (CATI, 2007). É neste contexto que circunscrevem-se os agricultores familiares constituintes da amostra.

O tamanho da amostra ficou assim definido por grupo: a) Embrapa Pecuária Sudeste, nove informantes; b) produtores da pecuária bovina de leite, pertencentes ao projeto da agricultura familiar da Unidade Embrapa Pecuária Sudeste, seis informantes.

As entrevistas foram realizadas, com base em um roteiro semi-estruturado, até o ponto de saturação das respostas - isto é, quando as informações obtidas se repetem -, acrescido da observação direta do pesquisador. O discurso institucional foi incrementado com a pesquisa documental, na análise da vasta documentação sobre a história da Unidade e da Empresa, sendo acessados registros tais como: Plano Diretor, relatórios de gestão, boletins, publicações e relatórios técnicos, documentos de gestão estratégica, entre outros.

Os relatos que serão expostos não pretendem trazer à tona a subjetividade do informante, mas reporta à fala comum, a perspectiva do grupo frente ao outro. Com esse propósito, os indivíduos entrevistados não são aqui identificados nominalmente, fazendo-se apenas uma rasa distinção entre os informantes (como 'técnico A, B ou C', dentro do grupo social Embrapa Pecuária Sudeste ou grupo social 'agricultura familiar').

Os técnicos da extensão rural e técnicos da cooperativa de leite, embora sejam partícipes ativos na dinâmica desta relação, não serão considerados, nesta oportunidade, como um grupo de amostra e de interação, embora se deva indicá-los como elementos da rede sociotécnica que dá suporte ao discurso institucional da modernidade; isto é, reforçando, como verdade e necessidade, o objeto de inovação proposto (LATOUR, 2000).

2. A pecuária bovina de leite como modo de vida tradicional em transição

"Quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, entramos no meio das controvérsias. Quanto mais nos aproximamos, mais as coisas se tornam controversas", diz Latour (2000:53), o que nos remete à necessidade de analisar com criticidade o processo de modernização da agricultura familiar dedicada à pecuária bovina de leite.

Não há imagem mais característica da pecuária bovina de leite, no escopo da agricultura familiar, que as práticas relacionadas à ordenha da vaca. Quando o processo manual é objeto de mudança pelas recomendações peritas, começa-se por estabelecer um arcabouço legal, que exige um novo traje, fundamentalmente

distinto do vestuário habitual do homem do campo e que, na sua compreensão, não condiz com a atividade desempenhada:

“(...) a gente não entende o seguinte: como que você chega aqui de branco e vai trabalhar no meio de vaca tirar leite, bota branca, roupa branca, não existe isso (...) Fora da realidade”.
(agricultor familiar B).

A ordenha manual tem um significado para o produtor que vai além da sua prática em si. É uma ação balizada pelo domínio de habilidades particulares que são exibidas com orgulho: a habilidade das mãos ao manejar o úbere da vaca, de modo a fazer jorrar o líquido branco e na temperatura ideal para ser saboreado, lhe foi paulatinamente incorporada pela observação e memória oral e acomodada na sua rotina assim como as técnicas corporais que lhe conferem destreza e equilíbrio. Trata-se de um *habitus*, significa dizer, refere-se à interiorização das estruturas objetivas do fazer da pecuária bovina leiteira por várias gerações. Daí, o processo de dissolução do *habitus* referir-se a uma normatividade que impõe a materialidade de outros meios de produção e, ato contínuo, de outras técnicas corporais, outras rotinas, enfim, outro mundo, o qual passa a exigir que seja devidamente incorporado, descartando-se saberes e fazeres da tradição.

Quando, à legislação que lhe transmuda trajés e práticas produtivas, sobrepõe-se a recomendação de adoção da ordenha mecânica, sob o argumento de minorar o esforço físico e permitir otimização do uso do tempo de trabalho, pairam dúvidas acerca do resultado final logrado:

“(...) o processo de modernização do setor leiteiro no Brasil ainda não mostrou resultados em termos de melhoria da matéria-prima recebida nas plataformas dos laticínios.” (SALMAN, 2007).

Assim, paira incertezas em relação às finalidades das mudanças engendradas, ambiente propício para que se instaure controvérsias em torno do que Latour denomina como “caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente” (LATOUR, 2000:16). Porém, há resistência dos peritos em assumir a existência de tais incertezas frente aos agricultores uma vez que, o que está em jogo, é o esforço de desacreditação da tradição através da incontestabilidade das recomendações dadas:

“Nosso aqui é colocado o cara [produtor] no cabresto e realmente o cara tem que ir naquela trajetória durante quatro anos e ai dele se pisar no buraco fora (...) a gente larga ele pra lá...”.
(técnico C)

O pasto é o contexto ambiental necessário da produção leiteira e a atividade agrícola, aí associada, aspecto importante da sociabilidade dos produtores em base familiar, fortalecendo, na ajuda mútua, os laços de vizinhança, também tecidos em parentesco, amizade e compadrio:

“Igual às vezes no [vizinho], de vez em quando a gente vai lá, a gente vê, mesmo lá pra reformar piquete eu já ajudei lá”.
(agricultor familiar G)

O conhecimento empírico confere a segurança do produtor para reconhecer alguns fenômenos afetos ao mundo natural, como por exemplo, decifrar o comportamento do animal diante de determinada situação.

“Vaca de leite eu vou te contar uma coisa, o bicho é exigente, ela sabe direitinho onde tá melhor, ela começou a ficar muito perto do curral, pode saber que ela quer mudança de pasto. Na seca, você solta elas ficam tudo amontoada esperando comida, começou chover, dentro de uns dez dias, você vai tirando, soltando, não fica nenhuma aqui...”.
(agricultor familiar B)

O trabalho familiar constitui a realidade de muitas unidades, vinculado aos interesses do grupo em projetar a integração das habilidades do mundo privado no mundo público, garantindo sua reprodução (CARNEIRO, 2005):

“Eu sou aqui do lar, faço pastel, vou trabalhar na feira...”.
(esposa do agricultor E)

Abramovay (1997) reporta a emergência de um segmento familiar dinâmico, aberto à adoção de um novo comportamento econômico, interessado na inovação tecnológica e riscos subjacentes ao que Schneider (2003) acresce, apontando o envolvimento dos membros mais velhos para gerar novas alternativas de renda para o grupo como uma estratégia de re-costura das relações privadas e públicas da família. Carneiro (1999), contudo, pondera que a compreensão da unidade de produção familiar não deve ficar limitada à dinâmica econômica (produtividade,

rentabilidade, competitividade), pois o sucesso econômico, expressado pelo incremento da produtividade e renda, não necessariamente, significa bem estar social e cultural, principalmente se vem acompanhado da exploração da força de trabalho ou da destruição dos laços de solidariedade e da estrutura familiar.

É necessário levar em conta que a importância da agricultura para as famílias rurais vai além da produção para o mercado. Contempla, também, as motivações culturais e sociais para, entre outras, garantirem a manutenção da sua identidade como “homem do campo”. É nessa perspectiva que Santos (1999:5-6), descreve o modo de gerir a propriedade:

“Enfim, esse sujeito que no miúdo do dia-a-dia, na toada serena da marcha e no pêndulo da foice durante a roçada, vai construindo a solidez do patrimônio que deixará para os filhos.”

Quando sobrevém o interesse de instituições modernizadoras para com o segmento da pecuária bovina de leite de base familiar, são as relações de impessoalidade, do estabelecimento de novas regras, a partir de critérios exógenos ao lugar, e a busca de planejamento com base noutra racionalidade, que prevalecem.

Um ajustamento assim aos requerimentos do mercado não é o que de ordinário se vê na produção familiar. O corrente é a ordenha ainda realizada de madrugada, seguida da alimentação aos diversos animais de criação (porcos, galinhas, patos), um conserto aqui outro acolá, remendar cercas, carpir enquanto o sol não se põe a pino, uma temporalidade própria na realização do trabalho e interação com o meio. Mas, que se sujeita a mudanças paulatinas: onde havia a prática, transmitida a cada geração, de colocar-se o leite no latão, o cão ladrando para anunciar, todos os dias, a aproximação do “caminhão de leite” (o atravessador), tem-se a necessidade da construção de pequena instalação, ou arrumar um cantinho no espaço doméstico para instalar o “tanque de expansão” e aguardar o dia marcado em que o “caminhão tanque”, com sistema refrigerado, da cooperativa, virá. Mudanças como essas na agricultura familiar têm sido objeto de debate e busca-se refletir como os problemas encontrados por este grupo social frente às novas práticas podem ser superados à luz do respeito às tradições (BADALOTTI e REIS, 2005).

Enfim, seja em termos creditícios, seja nos meios de produção ou nas técnicas adotadas, a pecuária bovina de leite de base familiar revela-se como um modo de vida tradicional em flagrante processo de transição devido a ter-se tornado um dos focos das instituições modernizadoras do meio rural. O caráter dessa transição, a partir da criação da Embrapa e, em particular, da

implementação de um projeto da Unidade Embrapa Pecuária Sudeste, é o objeto sobre o qual nos debruçaremos adiante.

3. Embrapa: missão institucional e característica da interlocução com o produtor

Para Aguiar (1986:42), “pacote tecnológico” é definido como “(...) o conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa”. O autor o compara, ainda, a uma “linha de montagem” que, como qualquer sistema, tem seus processos interligados e interdependentes. Por conseguinte, o sucesso da atividade produtiva está condicionado ao uso completo do pacote. O autor continua, afirmando que a modernização da agricultura caracteriza-se por dois fatores concomitantes: “modificações nas relações técnicas de produção, através da intensificação do uso de máquinas e insumos (...)” e o “aprofundamento das relações sociais capitalistas de produção (...)” (AGUIAR, 1986:98). Há que se considerar que o contexto macroenvolvente da modernização da agricultura é o de vulgarização da ciência e tecnologia, o qual os fatos e artefatos em torno da modernidade são naturalizados (LATOURET, 2000:34).

Para alavancar o processo modernizador, especialmente no que concerne o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa no país, dando cabo de especificidades socioambientais, surge a proposta de criação de “(...) um novo instrumento operativo para a pesquisa agropecuária nacional, que fosse (...) suficientemente capaz de responder às necessidades do desenvolvimento do país.” (CABRAL, 2005:26).

À época do lançamento do I PND (1972-1974), um instrumento político foi criado para tal fim, o primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - I PBDCT, no qual destacava-se, como principal projeto para o setor agrícola, a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (AGUIAR, 1986).

“Essa empresa (...) atuará (...) em forma tal que possibilite a promoção e execução de planos, programas e projetos de pesquisa que criem inovações tecnológicas destinadas a apoiar o Governo e a atividade privada na consecução das suas metas de desenvolvimento no setor agricultura” (BRASIL, 1973:81).

Decorreu, em 26 de abril de 1973, a criação efetiva da EMBRAPA (com extinção do DNPEA em dezembro do mesmo ano), cuja missão era "(...) viabilizar a modernização e o crescimento da agropecuária, através da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento ao produtor rural e da extensão das fronteiras agrícolas" (CABRAL, 2005:11).

Atualmente, o discurso institucional da Embrapa indica uma orientação dialógica com produtor, superando as relações hierárquicas de outrora onde era imperioso fazer vingar um novo padrão produtivo.

"(...) um enfoque sistêmico que valorize o contexto. Essa visão holística - contextual - estimula, por exemplo, a multi, inter e transdisciplinaridade, o diálogo de saberes entre o conhecimento científico e o conhecimento tácito local (...)" (EMBRAPA, 2006: 30).

"(...) o compromisso institucional da Embrapa é criar espaços de interação social para que os atores co-responsáveis pela relevância e pela governança da agricultura brasileira, em geral, e da agricultura familiar, em particular, possam influenciar o desenvolvimento rural que mais interessa à sociedade" (EMBRAPA, 2006:27).

E propõe, a partir desta nova postura, mudanças da dinâmica de construção das relações de negociação em busca do êxito:

"Será imprescindível um conjunto de inovações institucionais complementares que estabeleçam nova coerência para o desenvolvimento rural e agrícola. Isso implica a construção de outras regras, papéis e arranjos institucionais comprometidos com uma maior relevância e melhor governança da agricultura" (EMBRAPA, 2006:31).

Vale salientar que o contexto de criação da Embrapa é, por um lado, o de um dos períodos mais conturbados da história nacional, o da ditadura militar. O caráter intervencionista e arbitrário do Estado produziu um arcabouço legal, por exemplo, o "Estatuto da Terra" que primava, entre outros, pela preocupação com o aumento da produção e da produtividade via concentração do capital. Isso gerou conseqüências danosas para os pequenos produtores; entre elas, a expropriação das suas terras, o que produziu uma massa considerável de famílias "sem rumo" em busca de trabalho desqualificado no meio rural e nas cidades para o provimento de sua sobrevivência mais imediata (SILVA, 1999). Para a autora, esse foi um processo danoso para a imagem que o pequeno produtor tinha de si mesmo, perdendo qualquer perspectiva de futuro. "No período de 1960-1980, foram

expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista” (SILVA, 1999:63), fenômeno que a autora denomina de *modernização trágica* (grifo da autora), pois tal processo se deu na fragilidade do diálogo, para não dizer, na completa ausência dele com o Estado, preocupado, naquele momento, na manutenção da ordem através da violência, da perseguição aos camponeses e da desarticulação e destruição dos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária.

De outro lado, é o contexto da Revolução Verde que, alegando a amenização da fome no mundo, tem como finalidade a integração do meio rural ao setor produtivo, sobretudo metal-mecânico e químico, mediado pelo setor bancário. Através da adoção generalizada máquinas e agroquímicos (fertilizantes, pesticidas e outros) pelos produtores, amplia a escala da agricultura e pecuária suscitando uma rápida concentração fundiária em todo o mundo. O simples fato de aumentar a oferta de alimentos não resolveu a problemática da fome no planeta, como o discurso da época deu a entender (FREITAS, 2007).

A pecuária bovina de leite de base familiar será focalizada nesse contexto, a partir de programas e projetos da Unidade Embrapa Pecuária Sudeste, o que veremos a seguir.

3.1. A Embrapa Pecuária Sudeste: especificidades e estratégias

Boa parte das instalações que fazem parte da Unidade Embrapa Pecuária Sudeste existem desde antes de 1935. Tratava-se de área de uma fazenda da época da escravidão. Seu proprietário a perdeu em dívidas junto ao Banco do Brasil; este, a repassou ao Ministério da Agricultura, passando a fazer parte do programa de pesquisa daquele Ministério, sendo implantada uma Estação Experimental de Criação Animal, cujas atividades de pesquisa, na época, estavam direcionadas para a adaptação e geração de tecnologias, visando sistemas de produção de carne e leite em bovino, a melhoria da equideocultura e, posteriormente, forrageiras (ALENCAR et al, 1988).

Uma das primeiras ações de pesquisa, e a primeira tecnologia gerada na Estação, foi o desenvolvimento da raça bovina, genuinamente brasileira, chamada “Canchim” (EMBRAPA, 2000:7). Com o advento da Embrapa, a unidade de pesquisa passa a integrar o novo sistema de pesquisa agropecuária. Em agosto de 1975, no bojo da referida integração, passa a chamar-se Unidade de Execução de Pesquisa de âmbito Estadual - UEPAE de São Carlos (EMBRAPA, 2002), voltada para o atendimento de pecuaristas que buscavam minimizar os problemas da baixa produtividade com as tecnologias então existentes (RUZZA e BATISTA, 1986). Porém, a unidade só ganhou o *status* de centro de pesquisa em maio de 1993, quando passou a chamar-se Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste - CPPSE,

cuja missão era “Gerar, adaptar e difundir conhecimentos e tecnologias adequadas ao desenvolvimento sustentável dos sistemas de produção de proteínas de origem animal da Região Sudeste”, definida em seu I Plano Diretor da Unidade - I PDU (1993-1999) (EMBRAPA, 1993:19). Em agosto de 1998, devido à necessidade de fortalecer o nome Embrapa nas manifestações de comunicação da Empresa, bem como padronizar a assinatura das Unidades Descentralizadas, foi recomendado, via Resolução Normativa nº 15/1998, o uso obrigatório da assinatura síntese como Embrapa Pecuária Sudeste.

A estratégia de ação que passou a ser adotada visava incentivar linhas de pesquisa em sistemas de produção de proteínas de origem animal a partir de projetos interdisciplinares, cujas linhas de pesquisa atendessem as oportunidades identificadas pelo setor produtivo, sendo elas:

- alimentos alternativos e produtos biotecnológicos;
 - análise e síntese de sistemas;
 - bioclimatologia e comportamento animal;
 - conservação e processamento de grãos e forragens;
 - estratégias de utilização de recursos genéticos animal e vegetal;
 - exigências nutricionais de animais de alta produção;
 - manejo de dejetos e reciclagem de nutrientes visando o equilíbrio ambiente-solo-planta-animal; e
- processos para melhoramento da qualidade dos produtos de origem animal”. (EMBRAPA, 1993:28).

Em 2000, foi lançado o II PDU (2000-2003), cuja missão era “*Viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio da bovinocultura de corte e de leite da região Sudeste do País, em benefício da sociedade*” (EMBRAPA, 2000:26). O foco no agronegócio para “promover a sustentabilidade da atividade econômica com o equilíbrio ambiental” e “viabilizar soluções tecnológicas que contribuam para diminuir os desequilíbrios sociais na região Sudeste” (EMBRAPA, 2000:28) precisou evidenciar a cadeia produtiva na qual os estabelecimentos familiares tinham um papel a cumprir. E, daí, precisar-se “melhorar o desempenho dos sistemas de produção de leite, visando à sustentabilidade econômica e ecológica da agricultura familiar (...)”contribuindo “(...) com conhecimentos e tecnologias para a redução da pobreza e das desigualdades regionais e a promoção da equidade” (EMBRAPA, 2000:22).

Desta visão, contida no Plano Diretor da Unidade (PDU) e alinhadas com o Plano Diretor da Embrapa (PDE), a Unidade Embrapa Pecuária Sudeste partiu para

o estabelecimento de suas linhas de pesquisa de acordo, ainda, com as prioridades de governo definidas no seu Plano Plurianual (EMBRAPA, 2005).

3.1.1. O projeto Balde Cheio e a interação com os produtores

O Projeto Balde Cheio, implantado em 1999, pela Embrapa Pecuária Sudeste visou interagir com a pecuária bovina de leite de base familiar, nas seguintes dimensões:

- 1) agropecuárias: estimulando o uso intensivo de pastagem (pastejo rotacionado) no período das águas, cana-de-açúcar e uréia como suplementação alimentar no período da seca, controles reprodutivo e sanitário, técnicas de irrigação em pastagens e conforto térmico para os animais (sombreamento);
- 2) ambientais: orientando na recuperação e conservação da fertilidade do solo, plantio de matas ciliares, controle de efluentes e melhoria da qualidade da água;
- 3) gerenciais: na introdução de habilidades no controle zootécnico do rebanho, na análise econômica e contábil, na comercialização de produtos, nas práticas de associativismo e de agregação de valor.

O projeto tem como base a transferência desse conjunto de tecnologias para técnicos da extensão rural e, simultaneamente, ao produtor, a partir da instalação de uma unidade demonstrativa chamada de “sala de aula”. Na seqüência das atividades propostas no projeto, o técnico extensionista passa a ser o multiplicador desta tecnologia para outras unidades familiares, denominadas de “assistidas”.

No encontro desses dois sujeitos, evidencia-se desde logo a predisposição a hegemonizar-se o conhecimento técnico. O poder expresso nas relações de comunicação dos peritos com os produtores rurais não é originado desde as relações intersubjetivas onde é travada, no varejo, a luta simbólica. Dá-se noutra escala, desde o poder político da instituição que cumpre a função modernizadora, a Embrapa. Esta, forjada no escopo de um amplo processo de transformação produtiva do campo em bases plenamente capitalistas, elabora uma interpretação do mundo social conforme o campo das posições sociais e obtém daí o seu estatuto de validade incontestável. Começam, os peritos, por desqualificar a experimentação autônoma típica do saber tradicional, anulando o valor de seu capital cultural em prol de um empreendedorismo assistido

“A sugestão nossa é sempre procurar um técnico, nunca fazer um sistema desse sem o acompanhamento técnico (...) Ele vai sempre depender de um técnico até ele andar com as próprias pernas”.

(técnico C)

“(...) então, se o senhor [produtor] não quer se libertar disso, o que é que eu posso fazer... O senhor continue fazendo aí e que Deus tenha piedade da sua alma... ele não quer mudar!”.

(técnico D).

A racionalidade que rege a reprodução da família, no apego às suas práticas produtivas, é percebida pelo técnico como uma teimosia sem fundamento:

“Porque pela lógica do produtor familiar (...) ele tem aquela coisa da tradição do leite, do costume, do conhecimento de tirar leite que não é pra qualquer um”.

(técnico A)

Como tal, exige-se o descarte do fazer corrente da produção para que o horizonte de acumulação, que é fomentado no imaginário do produtor, seja supostamente alcançável, invalidando-se argumentos fora do escopo do projeto:

“(...) você quer produzir leite e ser feliz, ao invés de produzir leite e ficar reclamando da vida o tempo todo. Então tem um caminho”

(técnico I).

A hierarquização das relações do técnico com o agricultor não ocorre apenas na interação presencial, mas na burocratização dos procedimentos da atividade pecuária a despeito da ausência de familiaridade do modo de vida com os rudimentos da educação formal.

“(...) tem que ser organizado e saber gerenciar essas atividades, tem as fichas, planilha de custo isso tudo tem que estar tudo certinho, anotadinho, se não ele não consegue avaliar, não consegue tomar a decisão correta ou a menos errada... Se ele não se adequar, ele será cortado”.

(técnico D)

“Depois que ele entra (...) Do projeto né? É exigência, a cada quatro meses passou lá se a anotação não tiver feita é tchau pra você, se não for dessa forma não tem como dá certo”.

(técnico F)

Na interação com o perito, o produtor pouco se apercebe do processo de valorização do conhecimento deste atrela-se à dissolução da importância de seu capital cultural.

“Eles me explicam,(...) porque tem muitas coisinhas que a gente não sabe né? Então pelos estudos dele, eles ensinam a gente é muito bom!”.

(agricultor familiar C)

“Olha eu vi que eles eram muito meu amigo, sabe. Eu sabia que eles não tava me empurrando pro buraco eles queria me ajudar mesmo...”.

(agricultor familiar E)

“Eu tive essa dificuldade!! Foi uma ignorância minha, reconheço que é uma ignorância...”.

(agricultor familiar B)

Porém, predomina entre os produtores entrevistados as representações que dão conta de um ajustamento entremeado por constrangimentos e tentativas de resistência. A assimetria dos argumentos em prol da adoção de novas práticas rurais vis-a-vis os relacionados à manutenção de práticas tradicionais é construída pela definição de critérios de apreciação que são adequados aos primeiros. Suprimem-se as condições de justificação dos produtores rurais que lutam pela manutenção de suas práticas uma vez que seus argumentos passam a ser associados a uma identidade deteriorada, quer dizer, a um atraso e ignorâncias que, ao fim e ao cabo, são reconhecidos com vergonha e encabulamento de membros do grupo, que abdicando de qualquer razão autônoma. A eficácia das práticas comunicativas em torno da inovação tecnológica se processa menos na imposição argumentativa perita do que na violência simbólica; isto é, na incorporação que os produtores rurais fazem, paulatinamente, de uma auto-imagem deteriorada, assumindo para expressões de inferioridade associadas à ignorância e incapacidade para lidar com os desafios produtivos que se lhes impõe o dia-a-dia:

“Iguar ele [técnico] quer planilha de custo, de leite tudo... minha parte eu faço. Mas, é uma papelada que cada vez eles [técnicos] foi bagunçando mais... Então foi... eu acho que eu saio do projeto por causa disso, minha parte eu fiz”.

(agricultor familiar C, grifo nosso)

“Desde que você entra no projeto, você tem que acompanhar, no projeto aí o [técnico] corta, quem tá e não faz o que é combinado, ele vira as costas e vai embora, isso aí ele [técnico] já cansou de falar...”.

(agricultor familiar A, grifo nosso)

“Inseminação ainda não estou fazendo, sei que é um erro meu, é uma briga do pessoal da Embrapa, Conai, da cooperativa, que eles falam que eu estou atrasado (...).”

(agricultor familiar B, grifo nosso)

“As áreas melhor que eu tenho, eu planto cana, prefiro fazer isso, é um sistema bom pela minha idéia, pela minha idéia...”

(agricultor familiar C, grifo nosso)

O fazer cotidiano da agricultura familiar não tem uma rotina burocrática; mas, apresenta uma complexidade própria, nas muitas tarefas que se diversificam ao longo da jornada de trabalho:

“Eu faço de tudo, faço porteira, capino café, faço de tudo um pouquinho...”.

(agricultor familiar E)

Já a rotina de laboratório de pesquisa, de onde emergem os projetos para o produtor, é um trabalho de natureza diversa. Mas, quer ver-se replicado no campo, para realizar a integração econômica, social e culturalmente típica da sociedade “englobante” (WANDERLEY, 2007:93). As condições de produção agropecuária dadas pela técnica exigem um modelo de agricultor que opere numa lógica empresarial:

“Estes teriam como principais características a aplicação, pelas empresas rurais, de “estratégias empresariais complexas”, entre as quais, o exercício da função comercial, juntamente com a função produtiva, obrigando o agricultor a adquirir uma competência no que se refere, sobretudo, à gestão de seu empreendimento e ao controle de um sistema que associa diversas atividades” (WANDERLEY, 2007:121).

Passar a proceder ao cálculo, num letramento que tenha que obedecer à lógica empresarial, implica num ajuste aos rigores da pesquisa científica que não valida a informação fora do seu padrão, embora o produtor possa apresentar uma forma própria de organizar o registro de sua experiência de trabalho:

“A anotação é fundamental, porque se não, como você vai gerenciar uma empresa se você não tem dados? Como vai avaliar se aquela

atividade é presta ou não presta, se é boa ou ruim? Por isso essa é uma condição básica... Se ele falhar nisso, ele está fora!".

(técnico D)

"Eu não queria passar, eu não abro [mão], desculpa é uma ignorância minha. Pra mim eu fazia, toda vida eu fiz. Fazia da minha forma... Então eu falava: não, eu tenho do meu jeito e o meu jeito era certo e até batia com o deles, mas eles tinham o modelo que eles queriam lá do computador, conforme eles queriam por. Quanto eu ganhei eu sabia, quanto me custou eu sabia, quanto eu tava ganhando eu sabia, como eu podia é... eu marcava tudo, eu tenho esse controle faz desde que eu mexo nós tem esse controle, isso vem do pai. Nós tem esse controle anotado, guardado, num caderninho"

(agricultor familiar B, grifo nosso)

O conhecimento técnico não tem como atrelar as recomendações oferecidas ao produtor a um nível de segurança equivalente às rotinas próprias da tradição. Todavia, as incertezas inerentes às alterações que a inovação apresenta na interlocução como algo melhor que a situação prévia instalada, representada no olhar institucional como estagnação da vida econômica:

"Pra entender como tudo isso funciona, o produtor pode demorar e ele pode ter medo e pode querer voltar à condição inicial porque era menos perigoso porque ali ele estava seguro, ele não tinha nada, mas pelo menos ele sabia que não tinha nada, sabia como ele sobrevivia".

(técnico I)

"Se hoje o pacote tecnológico é esse que está sendo apresentado, amanhã, depois, o pacote pode ser outro (...)"

(técnico I)

Porém, a ambigüidade própria dos processos inovativos - que se coloca como um avanço sem negar sua descartabilidade no momento seguinte, portanto, sua validade e nulidade intrínsecos - não é bem assimilada pelos peritos uma vez que a inovação tecnológica apresenta-se como um "candeeiro" a iluminar o caminho que livra o produtor da morte social que, no olhar institucional, é o horizonte aterrorizador do qual o próprio produtor deseja fugir. Conforme Bourdieu (204), o poder simbólico manifesta-se na legitimidade lograda por aqueles que pronunciam a palavra e, em seguida, pela enunciação que estes fazem de dada realidade Por decorrência, da produção de uma crença sobre o mundo. Disso

derivará a pertinência das recomendações de inovação sem que pareça algo arbitrário.

“Ela [a técnica] rompe de uma maneira bem visível a maneira tradicional, mas o rompimento se dá por uma necessidade do produtor, o produtor está acuado, ele está com uma área pequena, o solo está desgastado, tá cansado, ele não tem produtividade, ele não tem alternativa e de repente, aparece um tipo de alternativa (...)”

(técnico A)

“Viabilizar, primeiro, a permanência do produtor em condições dignas, se eu pudesse resumir em poucas palavras seria isso, viabilizar a permanência do produtor no campo em condições muito dignas, ou seja, você tem que dá pra ele de volta a autoestima que ele perdeu (...)”.

(técnico I)

Fosse esse olhar pertinente, as interações com o produtor sinalizariam uma predisposição deste à mudança das práticas produtivas com base nas recomendações peritas. Entretanto, o processo de convencimento do último colide com a dificuldade da renúncia das percepções acerca do ambiente e dos fazeres nelas baseado:

“Por exemplo, eles [técnicos] estão batendo aqui em casa que tem que irrigar, tem que irrigar... Eu falo minha água não dá, eles vão olhar fala sua água sobra... Então, é assim, é mais uma briga que nós estamos tendo que, se Deus quiser, vai chegar onde chegou todas as outras: que é irrigar (...)”.

(agricultor familiar B)

Disso, a contraposição de idéias que, a princípio, predispõe-se a um ambiente de procura das sínteses possíveis, os técnicos admitindo a necessidade de interagir com os produtores levando em consideração os ritmos e autonomia decisória destes.

“Essa é a diferença desse projeto nós não tomamos decisão de nada, a decisão tem que ser dele, quando ele vai mudar o pasto, quando ele vai mudar o gado, quando ele vai comprar ordenhadeira, quando ele vai mudar para inseminação artificial, a decisão é sempre dele pra ele não

jogar na sua cara que eu não queria mudar o gado e você me obrigou...".
(técnico D)

Mas persiste a tendência de verticalização dos argumentos em prol do modelo trazido dos laboratórios e pela lógica estrita de mercado:

"Uma das coisas que me entusiasmou nesse projeto foi isso. Usar com os pequenos produtores e técnicos da extensão ferramentas que grandes produtores e indústrias usam pra fazer seus controles...".
(técnico I).

Como disse o produtor, "a prática é diferente da gramática" e a comunicação no contexto de deliberação mantém um fluxo unidirecional. A relação de forças mostra que, de um lado, os técnicos são portadores de um conhecimento válido para a sociedade macroenvolvente enquanto, do outro, o agricultor familiar é portador de um senso comum que não é configurado como bom senso. Daí, o estigma de ignorante, um pobre coitado, assumindo-se a relação como uma situação de "fachada" (cf GOFFMAN, 1985) a partir do momento em que ambos, diante um do outro, tendam a desempenhar ou incorporar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e assimilados por si mesmo para reproduzir uma relação hierárquica. O espaço da interação se coloca, tal como assinala Bourdieu (2004), um mercado lingüístico no qual está dada a composição social dos grupos em embate. Porém, uma das partes coloca-se, também, como árbitro, impondo normas de aparente objetividade na qual o domínio dos fins científicos é incontestado e, frente ao qual, *habitus* do produtor rural não é visto como capital.

"Eles (técnicos) ajudam, eles pedem opinião e depois dão as deles, talvez a minha está lá embaixo, as deles é melhor e a gente acata, a maioria das vezes a minha está lá embaixo".
(agricultor familiar E)

"A gente, que é da roça, a gente tem a idéia da gente, então eles falavam uma coisa, mas eu quero fazer assim, não, mas é assim... Mas chegava sempre no consenso e fazia que era baseado em 98% naquilo que eles estavam falando, às vezes esses 2% era só pra não contrariar o produtor".
(agricultor familiar B)

"Esse ordenamento que o programa dá, ou seja, trabalho com alimentação, depois com genética, depois com qualidade do leite, isso

favorece o encadeamento, uma coisa já se prepara pra outra tecnologia, então ele rompe bem com o modo tradicional”.
(técnico A)

De um lado, os efeitos da aplicação das recomendações do projeto “Balde Cheio” sobre o ambiente natural, segundo os sujeitos envolvidos, induzem a recuperação e melhoria das condições do solo e do pasto:

“Que têm ganhos ambientais, sem dúvida, quando a gente substitui pastos degradados por pastos de alta produção, isto tem um ganho ambiental muito grande. Porque você protege o solo, você evita lixiviação nutrientes, erosão, você recuperação de fertilidade, você volta com a vida do solo, então são técnicas que realmente acabam protegendo o meio ambiente”.
(técnico B)

“Contribui, assim você tá corrigindo o solo, faz curva de nível, tá ajudando nessa parte né?”
(agricultor familiar C)

De outro lado, os riscos subjacentes à técnica são sabidos pelo perito, mas passam ao largo das estratégias de convencimento do produtor na medida em que a comprovação em bases experimentais não tenha se realizado:

“Ele [esterco] pode ser risco, os trabalhos que o [pesquisador X] tem aqui na fazenda não mostraram isso, mas você tem risco de lixiviação de nitrato para lençol freático, isso é risco pra saúde humana, você pode ter adubo sendo carregado pela chuva pra fossa, uma lagoa, e você começa um processo de eutroficação etc então, pode ter algum problema (...)”.
(técnico H)

Mas, outras incertezas quanto à adequação das recomendações explicitadas espereitam. Na visita em uma das propriedades, um dos entrevistados mostrou-se preocupado com a presença da fiscalização ambiental que, naqueles dias, soube ele, encontravam-se nas redondezas. A água da sua propriedade é oriunda de poço artesiano e ele estava montando a estrutura de irrigação em atendimento à recomendação do projeto “Balde Cheio” e temia ser multado pelos fiscais. Para a situação descrita, a observação direta permitiu perceber a significativa apreensão do produtor com a situação, numa expectativa de que seria penalizado apesar e

porque estava se modernizando. Assim, os requerimentos de aumento de produtividade, via irrigação, pareciam-lhe incompatíveis com os requerimentos de sustentabilidade ambiental. A qual delas atender era o dilema em que se encontrava o produtor, numa angústia mal encoberta.

Em alguns aspectos, a menor resistência do produtor às recomendações peritas deve-se à relativa familiaridade com as estratégias apresentadas como inovadoras. Entre elas, a formação e adubação de “piquetes” (demarcação de pequenas áreas dentro da propriedade). Essa é uma tecnologia antiga. O que o projeto “Balde Cheio” fez foi agrupá-la a outras e sistematizá-la. Porém, essa é a razão mesma pela qual o produtor pode prescindir do técnico para levar adiante sua própria experimentação. Em outros, os procedimentos, conforme a tradição, são mantidos pelo produtor, minimizando o peso da crítica perita acerca do valor de seu arcabouço de conhecimento sobre o comportamento animal e a despeito da insistência do mesmo para que sejam suprimidos. Por exemplo, mantêm-se práticas das mais antigas de ordenha, como a do uso do jornal para enxugar o úbere da vaca, embora a orientação seja o uso de papel toalha descartável, e amarrar o bezerro ao pé da vaca:

“Na ordenha eu tiro com bezerro ao pé ainda, meus bezerras ainda mamam... Eles já tentaram abolir no caso aqui em casa, tirar, mas é o caso, tem muitas coisas que eu ainda vou chegar, então eu falo paciência...”. (agricultor familiar B).

Práticas como essas, em autonomia às recomendações peritas, são afirmadas pelo respaldo que a propriedade rural dá ao produtor, constituída como patrimônio de herança e esteio da memória do grupo e da sua formação:

“A propriedade nossa tinha 85 alqueires, eu tirava leite com meu pai, tirava leite 70-80 litros (...) nós tirava leite de umas 60 vacas nesses piquetes (..) sempre já foi, meu pai, a idéia dele já era, ele sempre gostava de ver o gado bonito...”.

(agricultor familiar A)

“Meu pai dividiu e meu sogro dividiu, faz 12 anos que meu pai dividiu e faz 10 anos que meu sogro dividiu... Primeiro ela [esposa] morou nessa casa, aí quando eu vim eu tirei ela daqui pra mim morar, só que eu já tava de olho nela [na esposa]”.

(agricultor familiar E)

O argumento econômico dos técnicos no esforço de modernização da pecuária bovina de leite vai à direção de otimizar a produção de excedente e esperar a correspondente resposta positiva do mercado. Ocorre que, quando há a confiança do produtor nesse desdobramento, convertendo-o à adoção de técnicas e insumos, as condições favoráveis de integração de seu produto na cadeia produtiva não se concretizam de fato. Os preços de venda do leite são assaz oscilantes e, devido à alta perecibilidade da mercadoria, os mecanismos de proteção do produtor na conversão, em renda monetária, do trabalho e investimentos realizados, inexistem.

Uma situação de instabilidade vivida pelos produtores de leite, especialmente os da agricultura familiar, é dada pelo o fato de não terem informações seguras sobre o preço do seu produto sequer no curto prazo. Há a entrega do produto à cooperativa, mas nunca se sabe quanto irão receber por ele, o que é uma situação comum tanto àqueles que estão no projeto “Balde Cheio”, quanto os que não estão.

“Porque leite nós nunca tivemos estabilidade, nós tivemos há dois anos atrás nós vendemos leite a R\$ 0,57 centavos, deu aquela queda nós veio vender leite a R\$ 0,29(...) A gente não sabe o que é que vem, é ilusório, você manda todo seu produto pra depois saber quanto que vai receber”.

(agricultor familiar B - sem interação)

Como não bastasse a instabilidade quanto à forma de remuneração do seu produto, o agricultor familiar ainda precisa transitar entre um modelo ou outro e preocupar-se, adicionalmente, com as condições sanitárias que garantam a segurança do alimento e amplie o potencial dos elos finais da cadeia produtiva, para atender as demandas dos mercados externos. A legislação federal criou a classificação A, B e C para produção de leite cru, cujo foco era a qualidade da mercadoria; esta preconizava métodos de higiene na ordenha, modo de transporte e de armazenamento. Alguns produtores, então, investiram em infra-estrutura física, como tanque de expansão, ordenhadeira mecânica e construção de instalações apropriadas, a fim de adequarem-se a esta realidade. A expectativa de retorno deste investimento seria a forma de uma “melhor” remuneração do leite.

Ao acreditar nesta possibilidade, o agricultor familiar buscou adaptar-se ao mercado moderno, mas o mesmo alterou-se antes mesmo que os investimentos dessem o retorno devido. Hoje, os requisitos exigidos para produzir este mesmo leite, sob o mesmo atributo de valor “qualidade”, são outros. Porém, o argumento

para seduzir o produtor continua o mesmo, qual seja: a expectativa de uma melhor remuneração.

“De uma certa forma, existe classificação. É o leite tipo A, B, e C... Mas, eu acredito que a tendência também disso é acabar” .
(técnico C)

É esta característica de descontinuidade da modernidade, à qual agora é uma coisa, mas dentro de pouco tempo vira outra, que pode gerar desconfiança e insegurança sobre os processos inovativos e levar o agricultor familiar a manter-se com um pé na modernidade, vinculando-o ao mercado, mas outro na tradição, em razão de uma segurança ontológica e resistência à hierarquia de conhecimentos das partes no espaço social.

Há, todavia, um contraponto no que diz respeito à postura dos peritos. Estes constroem representações do mundo rural não apenas por sua inserção institucional na Embrapa, mas desde antes, no meio universitário. Este lugar primeiro da ciência é o que molda práticas profissionais que se replicam no interior das instituições de pesquisa ao qual o perito vincular-se-á não como estudante, mas como trabalhador. O capital cultural, então, consolida-se e passa a constituir um olhar de estranhamento a tudo que reage ao modelo modernizante, à lógica empresarial existente no bojo da sua ideologia, dos seus produtos e processos. O vínculo de trabalho com a instituição pública de pesquisa atrela o perito ao cumprimento de metas e compromissos formalizados no interior da burocracia. No caso da Embrapa, vincula-o ao ajustamento com os objetivos e metas dos sucessivos planos diretores, publicações técnicas, relatórios e projetos estabelecidos além de adequação às relações hierarquizadas. Tal ambiente leva ao paroxismo a assimilação e acomodação de uma interpretação unívoca da realidade pelo perito o que o predisporá a reproduzir as mesmas crenças, visões e condutas quando em meio aos produtores da agricultura familiar, desconsiderando, no diferente, um valor intrínseco.

O atendimento do perito às expectativas institucionais está em estreita dependência do seu plano de trabalho e da avaliação de seus superiores sem que um espaço para negociação esteja aberto. Uma análise das relações de trabalho na Unidade Embrapa Pecuária Sudeste, empreendida em 2005, foi reveladora de algumas tensões que envolviam as demandas da instituição e a dificuldade estrutural para cumpri-las; além de aspectos psico-sociais relacionados às ansiedades e frustrações frente à política de avaliação implantada na Embrapa (VALENCIO et al, 2005:45):

“O mesmo é dito em relação às demandas burocráticas, havendo um forte controle interno, com excessivo gasto de tempo preenchendo relatórios que pareceriam mais importantes que as pessoas e as funções primordiais da Unidade”.

Esta observação serve para elucidar que as práticas dos peritos não são algo que acontece fora de um contexto maior. Podem ser representativas não apenas do capital cultural do grupo mas, sobretudo, de uma cultura institucional.

Ainda é preciso levar em consideração que, embora representantes da modernidade, os técnicos também são imbuídos de crenças, valores e sentimentos que podem denotar o desejo de contribuir para a melhoria da condição do outro, pois passam a acreditar que seus conhecimentos têm algo de “bom”, benéfico ao indivíduo e por isso se torna contundente ao tentar persuadi-lo.

É possível que acreditem estar contribuindo para o bem estar do produtor. No caso do projeto “Balde Cheio”, alguns dos aspectos considerados positivos pelos técnicos e que expressam certa solidariedade, especialmente no que se refere à redução do esforço do agricultor no labor diário, bem como dos benefícios ao meio ambiente, são revelados nos relatos abaixo:

“(...) porque você acaba mudando o trabalho dele de cortar capim o dia inteiro, picar capim o dia inteiro, fazer trato o dia inteiro, esse trabalho foi reduzido ao mínimo com o uso de pastagem”.

(técnico B)

“Outra coisa é que uso menor de área implica em esforço menor do produtor em cuidar do seu rebanho, da saúde do rebanho... Também reduz esforço para o produtor”.

(técnico I)

“Então a intensificação da produção leiteira... Ela é aliada da preservação ambiental ela não é a inimiga”.

(técnico D)

“(...) o conjunto da técnica permite que ele consiga adotar a legislação ambiental porque sobra área... O extensivo não permite isso.

(técnico G)

Tal reconhecimento, entretanto, não significa isentá-lo da responsabilidade de, quando da interação com o “outro”, com o qual deseja estabelecer relação, atentar para a necessidade de considerar as várias facetas que o processo comunicacional apresenta e que contribuem para uma efetiva dialogicidade. Reconhecer êxito em tal processo significa compreender o universo de pluralidades

de conhecimentos e perceber que o “lugar” da interação é uma “ecologia de saberes”, que lhe confere uma interação sustentável sem comprometer a autonomia das partes, ou seja, “(...) baseia-se na idéia de que o conhecimento é interconhecimento” (SANTOS, 2008:24).

Considerações Finais

O processo modernizador que orientou-se para a produção de base familiar, visando integrá-la plenamente na lógica capitalista, não ocorre linearmente, sendo a análise do conteúdo das interações entre o sistema perito e os produtores algo que favorece a compreensão das ambigüidades existentes nas representações e práticas sociais dos sujeitos envolvidos.

Diferentes representações expressam diferentes conhecimentos os quais, por seu turno, ancoram diferentes projetos de mundo. A ciência concorre pelo monopólio interpretativo da realidade social. Mas, na sua vertente aplicativa, com a qual concorre instituições como a Embrapa, necessita propor soluções práticas e enredar os que se acham envolvidos no seu universo para adotá-las, convencendo-os, primeiramente, a adotar seus esquemas classificatórios de conhecimento.

A interlocução hierarquizada dos peritos com os produtores rurais deve-se, dentre outros, à constituição de um espaço social no qual o capital cultural oriundo da ciência não permite validar classificações diversas da sua, seus agentes resistentes a quaisquer tentativas de modificação do *status* de seus argumentos. A linguagem científica exprime a luta simbólica ao enunciar como certeza aquilo que são incertezas quanto ao futuro. Essas poderiam justificar uma pluralidade de projetos de futuro calcados em diferentes conhecimentos, o que necessita, como exercício de poder, ser refutado. As relações de força são construídas de forma a que os produtores tenham nas suas práticas usuais do trabalho um objeto de insegurança e não mais de identificação, suscitando-se uma contínua inquietação referente aos desafios econômicos postos ao segmento e construindo-se a crença de que repousa na ciência a única aptidão para ‘salvá-los’ de uma derrocada iminente. A autoridade perita vai, então, sendo consolidada naquilo que Bourdieu (2004) denomina como a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social. Tal autoridade se vale, desde o início, da força em apresentar-se perante os produtores como sendo o Estado, o qual, no imaginário social, repousa como guardador “da boa classificação, da boa ordem” (BOURDIEU, 2004: p.149), sendo os programas e projetos daí emanados expressão política de um compromisso social que deve estar infenso à crítica.

O debruçar-se sobre a implementação do projeto “Balde Cheio”, elaborado pela unidade Embrapa Pecuária Sudeste, permitiu verificar que o corpo técnico

nele envolvido não consegue interagir com a tradição sem desqualificá-la. As recomendações dos peritos aos produtores, no âmbito do pacote tecnológico que caracteriza o projeto institucional, orientam-se no sentido de configurar os fazeres locais como destituídos de propósito econômico, social e ambiental, havendo uma diferenciação nítida, nas rotinas de trabalho e significados subjacentes, entre o que é proposto e aquilo que é a realidade da unidade. Trata-se, assim, não de mera distinção, mas de uma realidade que precisa ser alterada segundo a concepção prévia do meio perito, o que leva ao questionamento do discurso institucional que pretende “fornecer suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais”.

Embora, no geral, os produtores em contato com o projeto “Balde Cheio” considerem a importância do papel social da Embrapa na modernização do campo, são resistentes ao depósito de uma confiança irrestrita nas recomendações institucionais, mantendo-se cautelosos e reticentes no descarte dos saberes e conhecimentos acumulados na sua herança familiar. Disso resulta que a crença do produtor de base familiar nas verdades do sistema perito, que é o ancoradouro do projeto institucional da Embrapa, coloca-se como uma alternativa frente a outras.

Os riscos e incertezas que orbitam em torno dos processos inovativos em torno da pecuária leiteira são, por vezes, escamoteados. Mas, logo, são trazidos à tona, seja pela resposta adversa do mercado frente às expectativas; pelas angústias de confrontação com a perícia na área ambiental; ou pelo arcabouço empírico do produtor. Esse é um aspecto adicional pelo qual a natureza e conteúdo das interações dos técnicos com os produtores merecem detida reflexão apontando para a necessidade de mudanças profundas visando materializar, de fato, a dialogicidade com a qual a instituição Embrapa afirma-se comprometida.

Referências

ABRAMOVAY, R.. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva* - Abr/jun, vol. 11, nº 2: 73-78. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf>, acesso em 24/09/2007, 1997.

AGUIAR, R. C. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis; Brasília, CNPq, 1986.

ALENCAR, M. M. de et al. *UEPAE de São Carlos: 13 anos de pesquisa*. São Carlos, EMBRAPA/UEPAE de São Carlos, Documentos 10, 1988.

BADALOTTI, R. M. e REIS, M. J. Representações dos agricultores familiares sobre programas de cooperação agrícola e agroecologia. In.: Juliana Silvia Guivant, Luiz Fernando Scheibe e Selvino José Assmann (org.), *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*, Florianópolis: Insular, 296 p., 2005.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *I Plano Nacional de Desenvolvimento - 1973/74*. Brasília, MINIPLAN, 155p., 1973.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Cássia R. da Silveira (Trad.), São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 234 p.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Fernando Tomaz (Trad.), 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção "Grandes Cientistas Sociais, vol. 39).
- CABRAL, J. I. *Sol da manhã: memória da Embrapa*. Brasília: UNESCO, 344p., 2005.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, pp. 323-344, 1999.
- CARNEIRO, M. J. *Significados da pluriatividade para a família rural*. Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005, 2005.
- CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. *Relatório apresentado ao Instituto Econômico Agropecuário*, Campinas, SP, 2007.
- EMBRAPA. Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste. *Plano Diretor do Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste - CPPSE*. São Carlos, SP, 37 p., 1993.
- EMBRAPA. Embrapa Pecuária Sudeste. *II Plano Diretor: Embrapa Pecuária Sudeste 2000-2003 / Embrapa Pecuária Sudeste*. - São Carlos, SP: Embrapa Pecuária Sudeste, 43p, Documentos 28, 2000.
- EMBRAPA. *Pesquisa agropecuária e qualidade de vida: a história da Embrapa / Embrapa*. - Brasília, DF, 244p., 2002.
- EMBRAPA. *Manual do Sistema Embrapa de Gestão: características e gestão do Macroprograma 6: apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural*. Resolução Normativa nº 1 de 29/01/2004, 2004.
- EMBRAPA. Embrapa Pecuária Sudeste. *III Plano Diretor: Embrapa Pecuária Sudeste 2004-2007*. - São Carlos, SP: Embrapa Pecuária Sudeste, 44p, Documentos 41, 2005.
- EMBRAPA. *Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária*. Editor Técnico, Ivan Sergio Freire de Sousa. - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 434p., 2006.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 236p., 1985.
- LATOUR, B.. *Ciência em ação*. São Paulo: Edunesp, 2000.
- RUZZA, R. C. P. de; BATISTA, L. A. R. *UEPAE de São Carlos, localização, justificativa da criação, projetos de pesquisa e trabalhos publicados*. EMBRAPA, Departamento de difusão de Tecnologia, Brasília, DF, 97 p., 1986.
- SALMAN, A. K. D. *Instrução normativa 51: um desafio para os pequenos produtores de leite em Rondônia*. Artigo: Embrapa Rondônia, 28 de junho. Disponível em: <<http://www.clicnews.com.br/artigos/view.htm?id=62289>>, acesso em 08/01/2008, 2007.
- SANTOS, C. E. S. *Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras - UFLA, Lavras, MG, 87 p., 1999.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, RBCS, vol. 18 nº. 51, p. 99-121, fevereiro/2003, 2003.
- SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, (Prismas), 1999.
- TAYLOR, S. J. e BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*, ediciones PAIDOS, Barcelona, Buenos Aires, México, 1992.

TRIPOLDI, T. et al. *Análise da Pesquisa Social*. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1981.

VALENCIO, N. F. L. da S. et al. *Diagnóstico dos conflitos e das potencialidades na gestão do trabalho: o caso da Embrapa Pecuária Sudeste*. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. *A ruralidade no Brasil moderno*. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>, acesso em 09/11/2007, 2007.

